

DOI: 10.46943/X.CIEH.2023.01.091

# APONTAMENTOS SOBRE VELHICES, INTERSECCIONALIDADES E EDUCAÇÃO POPULAR

*Daniele Eduardo Rocha<sup>1</sup>*  
*Gabriela Holanda Vieira<sup>2</sup>*  
*Juliana da Silva Nunes<sup>3</sup>*

## RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial, nacional e local, demandando políticas públicas e serviços voltados para atender as necessidades desse público alvo, bem como estudos e pesquisas que contribuam para compreender melhor esse processo. Além disso, o processo de envelhecimento é um fenômeno natural e comum para todos(as). No entanto, a forma que o vivenciamos está atravessada por diversas questões, comportando uma dimensão interseccional. O objetivo deste trabalho é relacionar a discussão acerca das múltiplas velhices, educação popular e interseccionalidade. Os conceitos de interseccionalidade são imprescindíveis para se compreender as múltiplas velhices existentes. Assim, traremos uma breve explanação sobre as categorias velhice, interseccionalidade e educação popular, entrelaçando a discussão sobre o acesso à educação pela população velha, considerando as dimensões de gênero, classe e raça. Para tanto, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir de levantamento

- 1 Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, daniele.eduardo@aluno.uece.br
- 2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, gabrielaholandau@hotmail.com.
- 3 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, juliana.nunes@hc.ufpr.br

bibliográfico e documental. Os resultados apontam para os maiores obstáculos no acesso à educação formal, especialmente para velhos e velhas negros e mais vulneráveis economicamente. Consideramos a educação popular como espaço de resistência possível, frente a realidade, principalmente quando pensamos no diálogo interseccional e como esta pode ser uma forma de reparo. Como também, um espaço de resistência e múltiplos saberes, sobretudo direcionado aos(as) velhos(as) que cotidianamente resistem.

**Palavras-chave:** Velhice, Interseccionalidade, Educação.

## INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é um fenômeno natural e comum para todos(as). No entanto, a forma que o vivenciamos está atravessado por diversas questões. Desde a cultura, o modo de produção, gênero, etnia, classe social e outros marcadores sociais. Percebemos, portanto, que ao longo desse processo são produzidas diversas velhices, que se referem ao período acima de 60 anos de idade, conforme ampla parte das instituições assistenciais públicas e privadas compreendem (Rabelo, et. al, 2018).

Apesar de a velhice ser biológica, é também um fato cultural, quando a percebemos em sua totalidade (Beauvoir, 1990). Neste sentido, é errôneo afirmar que as velhices são homogêneas e vividas da mesma forma para todos os(as) velhos(as), tendo em vista que o acesso à educação, aos serviços de saúde e outras necessidades básicas não são iguais. Logo, as velhices não são vividas igualmente.

Com a crescente feminização da velhice ao longo dos anos 1980 do século XX, em razão da redução da taxa de mortalidade deste segmento, considerando aqui vários marcadores, dentre eles: o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a mudança do perfil familiar no que diz respeito à escolha ou não de ter filhos, bem como ingresso da mulher no ensino superior. Outro dado que merece destaque diz respeito a diferença no número de mulheres e homens idosos amplia-se nos grupos etários idosos mais velhos em razão do diferencial de mortalidade que favorece as mulheres desde os primeiros anos de vida até as idades mais avançadas. (CAMARANO, 2010 apud GIACOMIN, 2012)

Ainda no que diz respeito acerca da feminização da velhice “coincide com mudanças nas normas etárias e de gênero que regulam os comportamentos e as expectativas de comportamento de mulheres idosas, as relações intergeracionais e os intercâmbios de apoio material, instrumental e afetivo entre gerações” (NERI, 2007, p.48)

Essas mudanças também podem ser apreendidas quando pensamos na educação. Pois, apenas em meados dos anos de 1930, no Brasil, que o acesso à esta foi ampliado para a classe trabalhadora, período em

que surge a escola pública (Bittar; Bittar, 2012), tendo em vista que havia a necessidade de mão de obra qualificada, sobretudo no governo de Getúlio Vargas, cuja proposta foi formar os trabalhadores para o trabalho nas indústrias, que cresciam a todo vapor.

Levando em conta que em 1960 a taxa de analfabetismo atingiu 39,7% da população acima dos 10 anos de idade (Ferraro, 2004 apud Ferraro, 2002, p. 34), foi década em que Paulo Freire ao perceber essa realidade, criou a educação de jovens e adultos, além de reformular a proposta da educação popular, que para ele deveria emergir a partir dos saberes dos(as) sujeitos(as) e que fosse transformadora, contrária a ideia de educação bancária vigente na época.

Ainda no que toca o acesso à educação, parte dessa realidade ainda é experienciada, conforme evidenciam os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) realizada no ano de 2018, o Brasil possui 11,3 bilhões de analfabetos, onde a maior cifra corresponde a população idosa na faixa etária de 60 anos ou mais (IBGE, 2018). Os números são alarmantes, principalmente se considerarmos as idosas negras, que historicamente tem seus direitos essenciais negados, e na velhice, são ainda mais enfatizados, por serem negras e velhas.

Historicamente, no Brasil, o acesso à educação é considerado um privilégio. O movimento que deu origem às Universidades do Brasil, por exemplo, partiu do interesse das elites para atender as classes mais abastadas para que não precisassem se deslocar até a Europa (Lima, 2019). Dito isso, compreende-se que se trata de uma construção histórica e se faz urgente traçar ações para alfabetização de idosos e adultos nas políticas públicas de Educação Brasileira, a fim de mitigar os impactos de uma dívida histórica que se perpetua até os dias atuais.

Acrescido a isto, os dados da PNAD (2018) mostram também acerca da escolaridade com recorte nas regiões brasileiras, sendo nítido afirmar que o acesso a esta não se dá de forma homogênea para todas as regiões e estados do país. As desigualdades regionais são ainda mais evidenciadas quando analisamos as regiões Norte e Nordeste e o recorte racial de negros e negras. No entanto, apesar de apresentarem as maiores taxas de analfabetismo no país, uma vez que a "população negra tem

mais analfabetos (14,1%) que a população branca (6,1%), a velocidade da redução da taxa tem sido maior para os negros, em média de 0,79 p.p. ao ano, ao passo que para os brancos foi de 0,28 p.p. ao ano.” (CASTRO, 2009, p. 680)

Quando pensamos no processo de envelhecimento, torna-se essencial vislumbrar que o acesso a direitos, neste caso, em específico a educação, contribui para o envelhecimento ativo, e portanto, qualidade de vida na velhice. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) um dos pilares para o envelhecimento ativo é o acesso a oportunidades ao longo da vida, não se restringindo apenas à velhice, considerando que envelhecer trata-se de um processo que acontece diariamente.

No que diz respeito a mulheres idosas negras, o processo de envelhecimento é demarcado por processos excludentes seja através da violência a que foram submetidas e hoje adquirem novas roupagens ou pela própria construção em torno do racismo. Gilberto Freyre (Freyre 2003 apud, RIBEIRO, 2019) afirma que desde o Brasil Colônia as mulheres negras são tratadas como mercadoria, naquela época, eram escravizadas e estupradas pelos senhores de engenho. Nos dias atuais, são em grande parte, cuidadoras domésticas (Ribeiro, 2019).

Nessa perspectiva ao perceber o processo de envelhecimento, faz-se necessário observar os marcadores sociais que atravessam as vivências, e que se somam, principalmente na velhice. Em que sexo, raça e classe são unidades indissociáveis (Hirata, 2014). Sobretudo, quando observamos a partir da proposta da interseccionalidade que dá “instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

Ademais, quando discutimos essa questão a partir do olhar gerontológico, em que os “idosos negros apresentaram predominantemente baixa renda, baixa escolaridade, maior índice de analfabetismo, vivendo em arranjos domiciliares multigeracionais ou mistos, e com renda familiar percebida pelos próprios idosos como insuficientes para suas necessidades”(RABELO, et. al. 2018, p. 198).

É a partir dos estudos de Paulo Freire que se compreende a educação popular, além do acesso do povo ao ensino, em que a proposta seria a utilização dos saberes partilhados pelo povo e a construção de pontes entre os saberes científicos. Assim, ao alinhar os múltiplos saberes produzidos, valorizando-os e tendo-os como base para novas construções de conhecimento, os (as) sujeitos seriam capazes de construir um conhecimento crítico e pensar a partir de suas realidades.

Dessa forma, se faz necessário pensar na educação direcionada pela interseccionalidade: compreender as subjetividades e as interconexões entre marcadores identitários, que são também marcadores de desigualdade na velhice, tendo em vista que a mesma é atravessada por diversos marcadores.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo relacionar a discussão acerca das múltiplas velhices, educação popular e interseccionalidade. Os conceitos de interseccionalidade são imprescindíveis para se compreender as múltiplas velhices existentes. Assim, o texto que se inicia a seguir trará uma breve explanação sobre as categorias velhice, interseccionalidade e educação popular.

## **METODOLOGIA**

Visando discutir acerca das múltiplas velhices, educação popular e interseccionalidade, realizaremos uma breve explanação sobre as categorias velhice, interseccionalidade e educação popular, entrelaçando a discussão sobre o acesso à educação pela população velha, considerando as dimensões de gênero, classe e raça.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, contando com levantamento bibliográfico e documental sobre as categorias velhice, interseccionalidade e educação, a partir de produções de relevância acadêmica nessas áreas, visando interpretar esse material e contribuir com a difusão do conhecimento neste campo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### ENVELHECIMENTO E VELHICES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Beauvoir (1990) assinala que a velhice é um destino biológico e é uma realidade que transcende a história. No entanto, este destino é vivido de maneiras diferentes a depender do contexto social. Acrescido a isto, “a velhice não é um fato estatístico; é o resultado e o prolongamento de um processo” (BEAUVOIR, 1990, p.17)

Nos países de economia capitalista centrais, como a França, no século XIX, onde surge um tempo depois a gerontologia, a temática do envelhecimento já se mostrava pertinente, apesar dos estigmas que passa estes estudos, considerando que os mesmos foram influenciados pela criação de asilos que abrigavam velhos doentes. (BEAUVOIR,1990). A velhice neste período era vista sob a ótica da doença. Coincidentemente foi também na França, em 1960, que surgiu o termo Terceira Idade. Nos dias atuais este termo é utilizado para atribuir a fase inicial da velhice e também utilizado em algumas instituições, como o Sesc e as Universidades para a terceira idade, para se reportar a fase entre a vida adulta e a velhice.(Neri, 2007)

No Brasil, a temática do envelhecimento se mostra timidamente no início dos anos 1980, com o aumento da expectativa de vida e da transição epidemiológica. A velhice, inicialmente, era objeto das práticas caritativas da high society. Posteriormente, da assistência social e, nos dias atuais, propaga-se o slogan de envelhecimento saudável/ativo que preconiza que o envelhecimento é a melhor etapa do curso de vida.

Neste sentido, ancorado no slogan do envelhecimento saudável difundido pelas mídias em geral, além de fazer a inevitável pergunta - “Será que todos os velhos podem vivenciar este envelhecimento saudável fortemente difundido?” - Tendo em vista que o envelhecimento é um processo diário, mas que consiste, sobretudo, em oportunidades. É relevante saber ainda se essas oportunidades são ofertadas a todos os(as) velhos(as). Conforme o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015) um dos pilares para se envelhecer bem, é o acesso a

oportunidades ao longo da vida. Nesse contexto, o acesso à educação é considerado primordial se considerado enquanto forma de emancipação humana e sobretudo, se considerarmos que o acesso à educação durante a velhice é um instrumento necessário à realização de uma velhice bem-sucedida.

A educação pode ser entendida como uma prática social humanizadora, intencional, cujos objetivos são diversos, dentre eles, a capacidade de emancipação humana, e conseqüentemente, uma forma de reduzir a diferença de acesso a bens, serviços e oportunidades entre as classes sociais.

Além disso, a educação também é uma forma de aprender sobre a cultura, esta, por sua vez, cumpre um papel imprescindível na vida social que é “produzir e proporcionar significados, especialmente por meio dos símbolos, verbalizados nos discursos [...] aos gestos e à postura corporal” (Neri, p.66 2007).

Ao longo dos anos, percebemos ainda uma mudança no perfil de pessoas que ingressam o ensino superior, principalmente, após da Lei das Cotas, que consistem em medidas reparativas que demonstram muitos efeitos positivos e ao mesmo tempo, são alvos de críticas através dos dizeres “não existe diferenças entre ricos e pobres, muito menos entre brancos e negros” “a constituição diz que somos iguais perante a lei” “quem quer passar, estuda”.

No Brasil, um país que tem a sua origem vinculada ao sistema escravocrata, a meritocracia não deveria ser mencionada. A exclusão de negros das decisões do país, do acesso aos bens e serviços, refletem nos dias atuais, pois atravessam ainda múltiplas exclusões, principalmente se pensarmos os negros, pobres, de baixa escolaridade e idosos (Neri, 2007).

Uma pesquisa realizada pelo SESC em parceria com a Fundação Perseu Abramo intitulada “Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na terceira idade, 2º ed.” lançada em Agosto de 2021, divulgou alguns dados relevantes no que diz respeito à educação e a relação entre raça/cor, reafirmando algumas das informações que já mencionamos.

O Estatuto do idoso de 2003 consiste em um marco para os direitos da pessoa idosa, em especial, o direito à educação. O referido estatuto traz em seu art. 21 que “o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.” (BRASIL, 2003). O Estatuto traz ainda que:

§ 1o Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2o Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Sendo assim, compreendendo ainda que o acesso a bens e serviços não acontecem da mesma forma para todos(as) velhos(as) influenciando diretamente em suas trajetórias de vida e construção de suas subjetividades, uma velha negra e sem as condições mínimas de subsistência possivelmente não acessar e nem ocupará os mesmos espaços de uma velha branca que teve acesso a educação. Nos reportamos ao gênero feminino e a questão racial de recorte negra considerando a crescente feminização da velhice e a negação histórica do acesso à educação para pessoas negras, algo que vem sendo modificado recentemente com a implementação da Lei de Cotas, mas ainda não é o suficiente para apagar marcas históricas.

Paralelo a isto, entre as atividades oferecidas para os idosos no âmbito da educação “as universidades da terceira idade destacam-se como programas de educação permanente de caráter universitário e multidisciplinar, que têm como pressuposto a noção de que a atividade promove a saúde, o bem-estar psicológico e social e a cidadania das pessoas idosas” (Cachioni, 2005, apud, Iragaray & Schneider, 2008).

Para Palma (2000), as universidades da terceira idade têm como objetivos principais rever os estereótipos e preconceitos associados à velhice, promover a auto-estima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a auto-expressão e a reinserção social em

busca de uma velhice bem-sucedida. Além disso, as universidades para a terceira idade visam à valorização pessoal, à convivência grupal, ao fortalecimento da participação social, à formação de um cidadão consciente de suas responsabilidades e direitos, promovendo sua autonomia e sua qualidade de vida.

Cabe ressaltar que não existe uma única forma de envelhecer, mas processos de envelhecimento - de gênero, de etnia, de classe social e de cultura- determinados socialmente. As desigualdades do processo de envelhecimento devem-se, basicamente, às condições desiguais de vida e de trabalho a que as pessoas estiveram submetidas no curso de suas vidas.

Monteiro & Rocha (2018) assinalam ainda que

“A velhice não é vivenciada, não é vivida da mesma forma para homens e mulheres. Por que? Esta é uma questão de gênero, que tem a ver com uma construção social, que define papéis, que atribui características consideradas naturais a homens e mulheres, mas que não são naturais, são características construídas socialmente, são produtos históricos”. (MONTEIRO & ROCHA, 2018, p.8)

Sendo assim, se faz necessário ressaltar os marcos históricos que expressam a ascensão do que se compreende nos dias atuais como envelhecimento e velhice no Brasil e os respectivos direitos que lhe são assegurados. A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 230 que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988). É a primeira vez que, no Brasil, os velhos aparecem contemplados em forma de lei. Consideramos aqui o início de uma visibilidade que ainda tem muito a caminhar para que assim, possam ser efetivados os direitos da pessoa idosa.

A Política Nacional da Pessoa Idosa promulgada em 1994, consiste em outro marco de suma importância, tendo em vista que considera a pessoa idosa maior de 60 anos de idade. O Estatuto do Idoso de 2003

amplia o leque de direitos da pessoa idosa, frisa-se aqui o direito à educação, que aparece no Art 20.

Decorrente deste movimento, percebe-se a crescente transformação da velhice a partir dos anos 1990, influenciada pelas transformações no mundo do trabalho, ressalte-se às questões da aposentadoria e, principalmente, pelas discussões que Simone de Beauvoir iniciou nos anos 1970 com a publicação de "A velhice" (DEBERT,2004).

Com as mudanças culturais que versam sobre a velhice ao longo dos anos, é possível afirmar que as mesmas ganham voz, principalmente se considerarmos as mulheres velhas de classe média e alta. Não que não tivessem espaços de fala anteriormente, mas tornam-se protagonistas e são impulsionadas a diferenciar-se, a considerar suas subjetividades e trajetórias, a partir do ingresso em espaços como o Sesc e as Universidades da terceira idade. No tópico seguinte mencionaremos a importância desses espaços na construção das velhices.

## **VELHICES E INTERSECCIONALIDADES**

Dentro desse contexto de diálogo que discute sobre velhices em sua pluralidade, além de percebê-la como um fenômeno social que é vitimizada por preconceitos, principalmente quando pensamos o cenário da sociedade capitalista, bem como seus efeitos. Cabe também, elucidar como que os demais marcadores sociais se somam em processos de exclusão social, sobretudo, quando demarcam a velhice, tais como raça, gênero, sexualidade, classe social (Alves; Araujo, 2020).

Como discutido no decorrer desse estudo, percebe-se que, a exemplo da educação que somente na constituição de 1988 ganha caráter de direito garantido a toda população. Destaca-se também, que o racismo estrutural e o patriarcado se encarregaram de excluir segmentos populacionais durante a história brasileira. Os reflexos dessa realidade se materializam na atualidade na desigualdade de acesso a direitos básicos. Assim, ao se discutir sobre o processo de envelhecimento, bem como sobre as velhices, faz-se necessário articular com os estudos sobre interseccionalidade. Tornando evidente as múltiplas formas de envelhecer,

que apesar de se mostrar como uma experiência singular, é influenciada pelos marcadores de diferenças.

As discussões sobre interseccionalidade emerge em 1970 nos Estados Unidos com o feminismo negro. A proposta se dá em tencionar uma visão eurocêntrica que é branca, de classe média, heteronormativa (Hirata, 2014) sobre a discussão da mulher na sociedade. Segundo aponta Akotirene (2019, p.14) está associada a “crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal”.

[...] remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014, p. 62-63 apud BILGE, 2009, p. 70)

Esses eixos de diferenciação social, que também se materializam em formas de opressão, operam de forma a construir formas cada vez mais complexas para se pensar as relações na sociedade. A proposta da interseccionalidade é perceber as relações que se estabelecem, sem hierarquizar essas formas de opressão, mas perceber como que conjuntamente atuam. Salientamos que esses marcadores de diferenças influenciam no viver em sociedade. Observá-los a partir da interseccionalidade é dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Ademais, sobretudo na era da modernidade, que emerge tendo por base o tráfico atlântico de escravos e a colonização europeia na Ásia, África e América latina (OYĚWŪMÍ, ano), quando se pensa no processo de exploração desses territórios, com o gênocídio de suas populações e atrelado a isso, o epistemicídio de seus saberes e crenças, com a tentativa

de apagamento de suas culturas (Boaventura, ano). Torna-se, portanto, necessária a análise das realidades sociais de forma situada.

Nesse sentido, devemos pensar a velhice articulada com uma análise que parta das percepções interseccionais, inclusive, como forma de captar fragmentos mais precisos da realidade social, bem como sua complexidade. Como salienta Debert (2004), ao se analisar a mulher velha na sociedade, é necessário perceber a dimensão da idade e de gênero. Pois, é na velhice que as mulheres enfrentam dupla vulnerabilidade, associadas a esses marcadores, e portanto, dois pesos de discriminação (Debert, 2004). Cabe inclusive apontar, que essa vulnerabilidade é vivida de forma mais intensa quando analisadas a partir das questões étnico-racial.

A gerontologia quando surge observa a velhice como homogênea. É somente em 1970 que os estudos trazem propostas de revisão dessa afirmativa, passando-se a compreender que classe social, etnicidade e gênero dão conteúdos distintos ao envelhecer (Debert, 2004). Essa percepção permite captar as singularidades vividas por determinados segmentos populacionais, sobretudo no contexto brasileiro.

No Brasil, de acordo com o Relatório Anual de Desigualdade Sociais de 2011 do IBGE, a expectativa de vida da população branca é de 73 anos, enquanto que para a população negra é de 67 anos. Observa-se que mesmo a população negra representando mais de 50% dos(as) brasileiros, sua expectativa de vida ainda está abaixo quando comparado aos dados da população branca.

Esses dados evidenciam que a democracia racial ainda é um mito na sociedade e o racismo se mostra como estrutural no Brasil. Seus efeitos afetam a população negra, em que a população afrodescendente apresenta maior pobreza, menor frequência escolar, desigualdade salarial, maiores índices de analfabetismo e residem na parte periférica das cidades (Rabelo, et. al. 2018), e “os idosos negros apresentaram predominantemente baixa renda, baixa escolaridade, maior índice de analfabetismo, vivendo em arranjos domiciliares multigeracionais ou mistos, e com renda familiar percebida pelos próprios idosos como insuficientes para suas necessidades” (RABELO, et. al. 2018, p. 198).

Como explica Munanga (2003) as diferenças humanas existem, no entanto, o processo de elaboração do racismo está pautado na justificativa científica de dominação de uns sujeitos(as) sobre os(as) outros. Baseia-se na ciência um ideário de dominação, como se constroem narrativas que justificam a exploração sobre a população negra, desde a associação entre características fisiológicas com características sociais. Pois, “a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças” (MUNANGA, 2003, p. 5).

Sobretudo o Brasil, vive-se o mito da democracia racial, mas a realidade é perversa e tem repercussão nas relações sociais. Apontamos como exemplo as discussões sobre o papel do negro na sociedade de classes. Em que se percebe que a abolição é um processo inacabado e que aconteceu sem fornecer suporte para a população negra dentro do novo sistema. Em contrapartida, observamos que esses(as) sujeitos(as) resistem cotidianamente, principalmente a população velha e negra.

As análises interseccionais compreendem que o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019) constituem princípios de análises que precisam estar relacionados. Nessa perspectiva, a análise interseccional permite perceber que o envelhecimento é transpassado por inúmeros fatores, e sobretudo, como no Brasil, trata-se de um privilégio. Quando pensamos a população negra que durante a juventude é a maior vítima de homicídio (referencia), chegar a velhice e negro(a) é uma forma de resistência.

A partir dessa análise compreende-se que o processo de envelhecimento está atravessado pelos marcadores sociais. Em que a forma que um(a) velho(a) negro(a) e pobre vivencia essa etapa do curso da vida é completamente diferente. Aponta-se que demarcar a velhice como a melhor idade, é não perceber que são múltiplas as experiências dos(as) envelhecetes.

No Brasil, principalmente quando observamos os dados, percebe-se a correlação entre os indicadores sociais e os marcadores sociais. Conforme apontado, a população negra tem expectativa de vida menor e

também está entre os níveis de pobreza e representa o maior percentual da população carcerária. Desse feito, os reflexos do racismo perduram na realidade cotidiana.

No contexto da sociedade capitalista, percebe-se que “as diferenças sócio econômicas dão a experiência de envelhecimento de homens e mulheres conteúdos muito distintos” (DEBERT, 2004, p. ). E quando se pensa no intercruzamento entre velhice, raça e classe social:

As condições socioeconômicas constituem-se enquanto recursos e desempenham papel importante para o bem-estar na velhice. Baixo nível de escolaridade e baixa renda são indicadores de vulnerabilidade social, que têm efeitos cumulativos prejudiciais ao longo da vida e geram eventos estressantes que se associam às perdas ocasionadas pela diminuição da resiliência biológica e da plasticidade comportamental decorrentes do envelhecimento normal. (RABELO, et. al, 2018, p. 196)

Desse modo, dialogar sobre o processo de envelhecimento, precisa estar ancorado na discussão sobre a interseccionalidade. Principalmente, quando tomamos por referência as múltiplas formas de envelhecer, sobretudo no Brasil, que a desigualdade se constitui como elemento fundamental de análise e está sendo articulado como marcadores sociais.

## **EDUCAÇÃO POPULAR E DIÁLOGOS SOBRE VELHICES E INTERSECCIONALIDADES**

No Brasil, em meados dos anos de 1945 com a ampliação dos investimentos nas indústrias, surgem novas demandas relacionadas à formação de uma mão de obra qualificada, capaz de assumir os novos postos de trabalho, sobretudo ensejado pelo modelo urbano-industrial. Nesse contexto, surgem as primeiras abordagens sobre a discussão de educação popular, em que se baseia na ampliação do ensino para a população de modo geral. A proposta se deu em formar trabalhadores aptos ao mercado de trabalho que crescia a todo vapor (Maciel, 2011)

Entretanto, nos anos de 1960, Paulo Freire observa que existe um grande índice de pessoas, sobretudo, jovens e adultos que ainda não sabiam ler e escrever. A partir dos estudos de Paulo Freire, passou-se a

compreender a educação popular, além do acesso do povo ao ensino. Observando a “educação popular como um fenômeno datado na história da educação de alguns países da América Latina, principalmente no Brasil, tendo como referência principal o educador Paulo Freire” (MACIEL, 2011, p. 329).

Ao observar a realidade do ensino no Brasil, desde a concepção bancária que direcionava o lecionar, tratando-se da transferência de saberes do(a) professor(a) ao aluno(a), em uma única mão. Como também, as cartilhas utilizadas para o ensino de alfabetização, que não levava em consideração os saberes do(as) alunos(a) a proposta freiriana se baseava na utilização dos saberes partilhados pelo povo e a construção de pontes entre os saberes científicos. Assim, ao alinhar os múltiplos saberes produzidos, valorizando-os e tendo-os como base para novas construções de conhecimento, os (as) sujeitos seriam capazes de construir um conhecimento crítico e pensar a partir de suas realidades.

Sua proposta não se limita unicamente ao espaço escolar, acadêmico ou à dicotomia entre professor(a) e aluno(a). Para além do espaço educacional, a proposta ocupa ambientes como a música, teatro, movimentos sociais, família e uma gama de outros lugares. A teoria baseia-se na crítica a educação brasileira, e o quanto essa apenas se relaciona à organização social, compreendendo que a educação é formação de caráter e que dispõe de um papel primordial na formação em massa em uma perspectiva que contribuía para o desenvolvimento do país, relacionada inteiramente com uma dimensão crítica da realidade, pretendendo atender apenas as prerrogativas do governo e ao ajustamento social.

A alfabetização de jovens e adultos, em que direciona o ensino principalmente às classes subalternas. E neste caso, o ensino estaria em oposição à concepção de educação bancária desenvolvida durante o ensino no Brasil. Assim, sua proposta buscou partir do contexto do sujeito, desenvolve uma concepção crítica, por isso, durante o regime militar foi fortemente reprimida, pois ao invés de apenas depositar conhecimento, tornava capaz com que a classe trabalhadora não aceitasse passivamente tudo o quanto era propagado. Conhecimento capaz de permitir ao sujeito uma capacidade de leitura do mundo, Isto é:

[...] para que os indivíduos excluídos adquirissem a capacidade de compreender o funcionamento da sociedade na qual se encontra, compreender sua localização nesta e promover uma postura criticamente consciente a partir do reconhecimento e da conscientização. (MACIEL, 2011, p.338).

O conhecimento deve permitir uma problematização do mundo e do contexto. Somente por intermédio desse movimento politizado, será possível compreender a dialética entre o opressor e o oprimido que estão inseridos na totalidade social. Ao permitir que os adultos sejam alfabetizados, é possível que se desenvolvam e facilitem seu desempenho, seja na comunicação entre eles e o mundo, seja no seu trabalho e na busca por seus direitos sociais. Assim como menciona Paulo Freire: “A alfabetização é uma experiência criadora” que o sujeito é o criador e transformador, ele portanto, é um “arquiteto” e o papel do educador é ajudá-lo.

Observa-se que a proposta ensejada por Freire, ampliou-se para outros espaços, a exemplo o “Teatro do oprimido”, a música e a ecopedagogia, como locais que são desenvolvidos e trabalhados a partir da teoria de Freire. Permitindo que compreendamos a dimensão da relação teoria e método. Tornando capaz que outros espaços também desenvolvam ambientes de debate.

A Educação Popular, na ótica de Freire, se faz popular pelo potencial de organização da classe trabalhadora, possui em sua essência a contestação do sistema político e da ordem econômica vigente. Sua teoria é incorporada por grupos de educadores, militantes e trabalhadores dos movimentos populares para embasar suas práticas educativas. Faz-se também transformadora pelo teor político no trabalho educativo (MACIEL, 2011, p. 138).

Nesse sentido, ao observar os dados referentes à educação e às velhices, observa-se, como acima salientado, uma diferença no acesso a esta, sobretudo, quando pensamos nas velhices negras. Dentro desse cenário, pensar a educação popular, que não se limita ao espaço escolar, é pensar nos demais espaços que os(as) velhas ocupam em seu cotidiano. Podemos tomar como exemplo o trabalho realizado pelo Serviço

social do comércio (SESC) através do projeto cidadania ativa: uma nova realidade para o idoso em que são realizados encontros com a proposta de discutir sobre protagonismo da pessoa idosa em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Pelo menos entre aqueles que a pensam de modo mais motivado, a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema de educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso (BRANDÃO, s/a, p. 5-6).

Por fim, quando apontamos a educação popular no cenário contemporâneo, em que o Brasil lidera os índices de desigualdades sociais e violências. A educação popular surge como espaço de resistência, frente a realidade, principalmente quando pensamos no diálogo interseccional e como esta pode ser uma forma de reparo. Como também, um espaço de resistência e múltiplos saberes, sobretudo direcionado aos(as) velhos(as) que cotidianamente resistem. Resistir torna-se um imperativo. Ressaltamos que as discussões que versam sobre esta temática são amplas e é um desafio intransponível darmos as discussões por esgotadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, constatamos que historicamente existiram maiores obstáculos no acesso à educação formal, especialmente para velhos e velhas negros e mais vulneráveis economicamente, devido à estrutura social, racial e econômica predominante no Brasil, o que os deixou por muito tempo alijados desse acesso.

Compreendemos que o processo de envelhecimento é perpassado por marcadores sociais e a maneira através da qual um(a) velho(a) negro(a) e pobre vivencia essa etapa do curso da vida é completamente diferente de um velho (a) branco(a), o que influencia o processo de chegada à velhice e a vivência dessa fase.

No tocante à questão da educação, consideramos a educação popular como espaço de resistência possível, frente a realidade,

principalmente quando pensamos no diálogo interseccional e como esta pode ser uma forma de reparo. Como também, um espaço de resistência e múltiplos saberes, sobretudo direcionado aos(as) velhos(as) que cotidianamente resistem.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Mateus Egilson da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Interseccionalidade, Raça e Sexualidade: Compreensões Para a Velhice de Negros LGBTI+. In: **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 12, n. 2, p. 161-178, Julho-Dezembro, 2020 - ISSN 2175-5027. Disponível em: <<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3517/2539>>. Acesso em 14 set. 2023.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 57 p. : il. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>>. Acesso em 14 set. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, Marília Vlana; BORGES, Maria Cláudia. **Políticas públicas para um país que envelhece**. Martinari: São Paulo, 2012.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. In: **Revista Feminismos**. Vol 8, n. 3. Set.-Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680/19468>> Acesso em 14 set. 2023.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. In: **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4864688>>. Acesso em 14 set. 2023.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 set. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. Disponível em <<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ee3ade27-7263-444c-8361-88b1a23fb605/content>> Acesso em 14 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série de Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. Estatuto do Idoso. Lei Federal 10741/2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em 14 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei das Cotas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.html)> Acesso em 14 set. 2023.

\_\_\_\_\_. PNAD 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)>. Acesso em 14 set. 2023.

CARDOSO, Marcélia Amorim; PASSOS, Gisele de Andrade Louvem dos. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. In: **Revista Educação Pública**, 2016. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>>. Acesso em 14 set. 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. In: **Educ. Soc.**, Campinas , v. 30, n. 108, p. 673-697, Oct. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003> (diferença regional)

DEBERT. Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. In: **Perspectiva** v. 22 n. 1 (2004): Dossiê - Estudos sobre a escola em diferentes contextos sociais. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10086>>. Acesso em 14 set. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Dossiê - Trabalho e Gênero : Controvérsias** • Tempo soc. 26 (1) • Jun 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005)>. Acesso em 14 set. 2023.

IRIGARAY, Tatiana Quarti; Schneider, Rodolfo Herberto. Participação de Idosas em uma Universidade da Terceira Idade: Motivos e Mudanças Ocorridas. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 211-216. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/nvfmyGCV5RD4ZkhSY5gssD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 set. 2023.

IPEA: Cuidados de longa duração para a população idosa : um novo risco social a ser assumido? / Ana Amélia Camarano (Organizadora) – Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

MACIEL, Karen. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. In . Educação em Perspectiva. Viçosa, 2011. v.2, n.2, p.326-344.

MONTEIRO, Yohana Tôrres; ROCHA, Daniele Eduardo. ENVELHECIMENTO E GÊNERO: A feminização da velhice. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2018. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/envelhecimentoogeneroafeminizacaodavelhice.pdf>> Acesso em 14 set. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 14 set. 2023.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

Paulo Freire contemporâneo. Direção: TV escola, Olhar imaginário. Produção: TV escola, Olhar imaginário. Brasil. 2006.

PEREIRA, Dulcinéia. PEREIRA, Eduardo. Revisando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.

POCAHY, **Fernando Altair.** Sim, elas envelhecem: problematizando a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e idade. In: Rev. Estudos Feministas 23 (01) • Jan-Apr 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000100271](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100271)>. Acesso em 14 set. 2023.

RABELO, Dóris Firmino (et all). In: **Kairós**, v. 21 n. 3 (2018). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/44428>>. Acesso em 14 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antiracista. 1º ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Julianin Araújo; BOAVENTURA, Vanessa Cunha; MOTTA, Alda Britto da. **Vivências da velhice: do significado [pessoal] às representações sociais.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1947/670>>. Acesso em 14 set. 2023.

SESC. **Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na terceira idade.** 2ª ed. Disponível em: <<https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/b72ab61d/ec0e/425f/b93f/f7747d7651c9.pdf>>. Acesso em 14 set. 2023.